



3916699



00135.227360/2023-26



Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania  
Secretaria-Executiva  
Gabinete da Secretaria-Executiva

## REGISTRO DE REUNIÃO

### 1. DADOS DA REUNIÃO

- **Área Responsável pela Reunião:** GAB.SE/SE/MDHC
- **Nome do Projeto:** Comitê Interno de Governança, Riscos e Controle - Portaria Nº 328, DE 1º DE JUNHO DE 2023 (SEI nº [3917363](#))

Data	Horário de Início	Horário de Término	Local
06/11/2023	18:12	19:47	Sala de Reuniões do Gabinete do Ministro

### 2. PARTICIPANTES

#### 2.1. Internos:

Nome	Unidade	E-mail
Silvio Luiz de Almeida	Gabinete do Ministro (GM)	silvio.almeida@mdh.gov.br
Rita Cristina de Oliveira	Secretaria-Executiva (SE)	rita.oliveira@mdh.gov.br
Ana Cristina de Affonso Fabre	Assessoria Especial de Comunicação Social	ana.fabre.prestador@mdh.gov.br
Anna Paula Feminella	Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNDPD)	anna.feminella@mdh.gov.br
Bruno Renato Nascimento Teixeira	Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos (ONDH)	bruno.teixeira@mdh.gov.br
Carlos David Carneiro Bichara	Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares e Federativos (ASPAR)	david.carneiro@mdh.gov.br
Caroline Dias dos Reis	Secretaria-Executiva (SE)	caroline.reis@mdh.gov.br
Clara Martins Solon	Assessoria Especial de Assuntos Internacionais (AI)	clara.solon@mdh.gov.br

Nome	Unidade	E-mail
Cláudio Augusto Vieira da Silva	Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (SNDCA)	claudio.silva@mdh.gov.br
Felipe Iraldo de Oliveira Biasoli	Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares e Federativos (ASPAR)	felipe.biasoli@mdh.gov.br
Kauara Lana da Silva e Sousa	Secretaria-Executiva (SE)	kauara.sousa@mdh.gov.br
Leandro de Carvalho	Secretaria-Executiva (SE)	leandro.carvalho.consultor@mdh.gov.br
Lia Maria Manso Siqueira	Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos (SNDH)	lia.siqueira@mdh.gov.br
Maíra Taques dos Santos Christ	Secretaria-Executiva (SE)	maira.christ@mdh.gov.br
Maria Gutenara Martins Araújo	Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (SNDCA)	maria.gutenara@mdh.gov.br
Mariângela Mattia Moreira	Assessoria Especial de Controle Interno (AECI)	mariangela.moreira@mdh.gov.br
Marina Basso Lacerda	Gabinete do Ministro (GM)	marina.lacerda@mdh.gov.br
Sarah Oliveira Vasconcelos	Gabinete do Ministro (GM)	sarah.vasconcelos@mdh.gov.br
Sergio Nogueira Seabra	Assessoria Especial de Controle Interno (AECI)	sergio.seabra@mdh.gov.br
Symmy Larrat Brito de Carvalho	Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+	symmy.larrat@mdh.gov.br
Symone Maria Machado Bonfim	Secretaria Nacional do Direitos da Pessoa Idosa (SNDPI)	symone.bonfim@mdh.gov.br
Teresa Labruine Calmon Soares	Secretaria-Executiva (SE)	teresa.soares@mdh.gov.br

## 2.2. Externos (se houver):

Nome	Órgão/Instituição/Empresa	Telefone	E-mail
NA	NA	NA	NA

## 3. PAUTA

Item	Descrição
1	Abertura dos trabalhos pelo Senhor Ministro;
2	Apresentação do Planejamento Estratégico do MDHC e da sua metodologia de monitoramento (Secretaria Executiva);
3	Comitê Interno de Monitoramento de Prioridades Ministeriais (CIMOP);
4	Apresentação da metodologia de mapeamento de riscos, das instâncias e dos instrumentos de monitoramento de riscos (AECI) e breve relato da implantação do Programa de Integridade do MDHC (AECI);
5	Escolha das ações governamentais que serão contempladas no primeiro ciclo da implementação da política de gestão de riscos (AECI);

## 4. RELATO DA REUNIÃO

Item	Descrição
1	Às dezoito horas e doze minutos o senhor Ministro de Estado Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) declarou aberta a 1ª Reunião do Comitê Interno de Governança, Riscos e Controle (CIG).
2	<p>Após a abertura da reunião, a Coordenadora-Geral de Planejamento e Monitoramento de Programas e Ações (CGPM), Teresa Labrunie, conduziu a <b>Apresentação do Planejamento Estratégico do MDHC para validação dos Objetivos Estratégicos e suas respectivas metas pelo Comitê.</b></p> <p>A CGPM propôs ainda, através do fluxograma presente no "<i>Anexo Apresentação do Planejamento Estratégico do MDHC (SEI nº <a href="#">3917358</a>)</i>", o monitoramento mensal da realização das ações que consiste em:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>Plataforma é aberta pela equipe de monitoramento para preenchimento;</li> <li>Unidades finalísticas atualizam as informações sobre as ações e metas;</li> <li>CGPM realiza o tratamento e validação das informações;</li> <li>CGPM produz relatório com informações sobre a implantação das ações;</li> <li>Discussão das informações levantadas no monitoramento no Comitê Interno de Governança.</li> </ol> <p>Após deliberações, o Planejamento Estratégico foi aprovado.</p> <p>Durante análise das metas, integrantes do CIG apresentaram alterações pontuais que serão incorporadas pela equipe da CGPM e posteriormente validadas tanto pelas unidades envolvidas quanto pelo Ministro.</p> <p>Decidiu-se ainda que o sistema será aberto para o primeiro preenchimento, referente ao mês de outubro, ainda no mês de novembro. Decidiu-se, também, que o monitoramento por meio do sistema será mensal e que haverá reuniões deste Comitê bimestralmente para discutir as informações levantadas no monitoramento.</p>
3	O senhor Carlos David Carneiro Bichara, Assessor Especial de Assuntos Parlamentares e Federativos, apresentou as atribuições do Comitê Interno de Monitoramento de Prioridades Ministeriais (CIMOP), comitê este que fará o acompanhamento das ações prioritárias

Item	Descrição
	<p>do Ministro dentre as ações do Planejamento Estratégico, citou alguns pontos que precisam de uma atenção mais focada e falou sobre a expectativa do CIMOP em se tornar uma Assessoria Especial. Informou que não haverá duplicidade junto ao trabalho de monitoramento da CGPM e apresentou o trabalho do CIMOP que será feito através de fichas de gerenciamento preenchidos pelo próprio comitê e pela avaliação/análise <i>ex-ante</i>.</p> <p>O Ministro elucidou a distinção entre os objetivos estratégicos acompanhados pela CGPM e as ações escolhidas pelo Ministro para um acompanhamento contínuo e próximo do CIMOP, e que estas ações serão escolhidas por sua relevância política tanto para a Presidência quanto para o próprio Ministro. O CIMOP vai entrar episodicamente em alguns projetos para auxílio, como um aparelho dentro do Comitê de Governança.</p>
4	<p>O Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno, Sergio Seabra, apresentou a metodologia de gestão de riscos. Iniciou com a exposição sobre a Política de Gestão de Riscos do MDHC aprovada pela Portaria 632/2023. O assessor apresentou o arcabouço legal sobre gestão de riscos do poder executivo federal. Ressaltou a importância da gestão de riscos para o alcance dos objetivos definidos o Planejamento Estratégico. Informou que a política aprovada pelo MDHC definiu a ISO 31.000 como metodologia a ser adotada no Ministério. Destacou a estrutura de responsabilidades das áreas do MDHC em relação à gestão de riscos.</p> <p>O chefe da AECI informou que a AECI irá realizar oficinas de capacitação em gestão de riscos para as unidades do Ministério e apresentou sugestão de ações do MDHC que poderão ser priorizadas na primeira etapa. As unidades do MDHC deverão encaminhar à AECI sugestões de ações governamentais que serão contempladas no primeiro ciclo da implementação da política de gestão de riscos.</p> <p>O Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno apresentou, ainda, um balanço da execução do Plano de Integridade do MDHC, o Integra+MDHC, destacando a realização das seguintes ações:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) restabelecimento da Comissão de Ética do MDHC (Portaria nº 221/2023);</li> <li>b) elaboração da minuta de Instrução Normativa sobre procedimentos de recebimento, tramitação e tratamento de denúncias;</li> <li>c) elaboração da minuta de Instrução Normativa sobre fluxo de recebimento, registro e tratamento de presentes e hospitalidades;</li> <li>d) edição da Portaria nº 223/2023 que Institui Cláusulas e Termos de Compromissos de integridade e respeito a direitos humanos em contratos e instrumentos de parceria;</li> <li>e) elaboração da Portaria nº 328/2023 - Institui o CIG no MDHC;</li> <li>f) elaboração da Portaria nº 661/2023 – que institui a Política de Relacionamento Interno do MDHC;</li> <li>g) elaboração do Código de Conduta para Fornecedores do MDHC;</li> <li>h) realização de oficinas de gestão de riscos à integridade nas áreas de licitações e contratos, e gestão de pessoas; e</li> <li>i) Comunicação e treinamento em diversas áreas relacionados ao tema, como transparência, prevenção ao assédio, gestão de riscos, conflito de interesses.</li> </ul> <p>Durante a referida apresentação, o Assessor agradeceu a participação da ASCOM no processo de implantação da Transparência Ativa no MDHC e destacou que a integridade da administração pública deve fazer parte do processo de formação da cultura organizacional e que o papel da Comunicação nessa formação é essencial.</p> <p>Informou, também, que o MDHC teve um avanço significativo na conformidade com a transparência ativa, passando de 42,8% de itens cumpridos, em junho de 2023, para</p>

Item	Descrição
	<p>cumprimento de 95,9%, em novembro de 2023.</p> <p>Por fim, o Ministro sugeriu o acréscimo do Plano de Integridade coordenado pela AECI no Plano de Gestão Estratégica para o monitoramento da entrega.</p>
5	<p>O ponto de pauta 5 também foi conduzido pelo Assessor Especial e Controle Interno que apresentou <b>sugestões de ações governamentais a serem contempladas no primeiro ciclo da implementação da política de gestão de riscos:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Observa DH;</li> <li>• Política Nacional de Prevenção e Enfrentamento da Violência Letal contra Crianças e Adolescentes;</li> <li>• Expansão do PPCAAM;</li> <li>• PPCAAM instituído em todos os Estados brasileiros e ampliado para 1.500 o número de crianças e adolescentes protegidos;</li> <li>• Centros de Atendimento Integrado de Crianças e Adolescentes vítimas e/ou testemunhas de todas as violências;</li> <li>• Implantação de Comitês de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e Proteção Social de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violências;</li> <li>• Coordenar a consolidação da Política Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente por meio da integração de instâncias intersetoriais, interinstitucionais e interfederativas;</li> <li>• Política Nacional de Formação Continuada, com articulação da ENDICA, ENS e Escolas de Conselho instituída, com escolas e núcleos em todos os estados;</li> <li>• Aprimoramento da Implementação do SIPIA;</li> <li>• Programa Envelhecer nos territórios;</li> <li>• Viva mais cidadania;</li> <li>• Elaboração do Plano Brasil Pessoa Idosa;</li> <li>• Programa de Empregabilidade, Educação e Geração de Renda</li> <li>• Casas de Acolhimento LGBTQIA+. Fortalecimento e/ou implementação de Casas de Acolhimento de pessoas LGBTQIA+ com vínculos familiares rompidos ou em situação de abandono familiar, em situação de vulnerabilidade social, risco, violência e violação de direitos;</li> <li>• Avaliação Biopsicossocial Unificada da Deficiência (Novo Viver Sem Limite - Eixo 1 Gestão e Participação Social);</li> <li>• Implementação e monitoramento do Plano de Acessibilidade em Prédios da Administração Pública Federal;</li> <li>• Promover a pactuação e lançamento do Plano Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência - Novo Viver Sem Limite com 50% dos municípios, estados e o Distrito Federal;</li> <li>• Desenvolver o "Pacto Nacional pelo fortalecimento do PROVITA"</li> <li>• Aprimorar os instrumentos normativos do PPDDH, com a instituição do Plano Nacional de PDDH e a apresentação do Projeto de Lei da Política Nacional de PPDDH;</li> <li>• Ampliar a rede do PPDDH;</li> <li>• Programa Moradia Primeiro;</li> <li>• Desenvolver uma Política Nacional de Atenção e Proteção às Vítimas de Violência;</li> <li>• III Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo;</li> </ul>

Item	Descrição
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Atualização do Fluxo Nacional de Atendimento às vítimas de trabalho escravo à 2024;</li> <li>• Plano de ação de combate ao trabalho escravo doméstico;</li> <li>• Incidir nos protocolos e formulários de inspeção em instituições prisionais e no novo sistema de informações para o sistema prisional;</li> <li>• Comitês Estaduais de Prevenção Combate à Tortura;</li> <li>• Caravanas de Direitos Humanos;</li> <li>• Programa Nacional de Enfrentamento à Violência Institucional e Combate à Tortura no Sistema Socioeducativo em implementação (SNDCA);</li> <li>• Estratégia nacional de promoção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes em ambientes digitais instituída;</li> <li>• Viva Mais Cidadania Digital;</li> <li>• Programa Nacional de Educação Continuada (PNEC-DH);</li> <li>• Políticas de proteção a professores e educadores como agentes de direitos humanos e cidadania nos territórios;</li> <li>• Monitoramento das recomendações da Comissão Nacional da Verdade;</li> <li>• Cidadania Marajó;</li> <li>• Reestruturação Central de Atendimentos Multimeios Disque 100;</li> <li>• Revisão da matriz de encaminhamento e fluxo de demandas Disque 100;</li> <li>• Direitos Humanos nas Fronteiras;</li> <li>• Mutirões para emissão de documentação civil;</li> </ul> <p>Após a apresentação, foi definido que haverá exercício de priorização das ações a serem contempladas no primeiro ciclo da implementação da política de gestão de riscos.</p> <p>Por fim, informou que serão oferecidas oficinas de gestão de riscos para os gestores das áreas.</p>

## 5. AÇÕES

Item	Descrição	Responsável	Data Limite
1	Reformular metas não aprovadas e encaminhar ao Ministro para aprovação.	Teresa Labrunie Calmon Soares	NA
2	Enviar convites para as oficinas de capacitação sobre a ferramenta de monitoramento.	Teresa Labruine Calmon Soares	NA
3	Enviar calendário e convites para as oficinas de gestão de riscos.	Sergio Seabra	Dezembro de 2023.
4	Informar à AECL os gestores de risco das ações governamentais que serão contempladas no primeiro ciclo da implementação da política de gestão de riscos.	Gabinete do Ministro, Secretarias Nacionais, Assessorias Especiais, Ouvidoria, Corregedoria e Secretaria-Executiva	NA

## 6. APROVAÇÃO

6.1. Segue o presente Registro de Reunião assinado eletronicamente pelos participantes acima identificados.

6.2. No caso de algum participante externo não possuir credenciamento de usuário externo ativo no SEI, para igual assinatura eletrônica, os participantes internos signatários **certificam** que os participantes externos acima identificados participaram da reunião e tomaram conhecimento do teor deste documento.



Documento assinado eletronicamente por **Teresa Labrunie Calmon Soares, Diretor(a) de Programa**, em 05/02/2024, às 17:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Rita Cristina de Oliveira, Secretário(a)-Executivo(a)**, em 07/02/2024, às 20:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Kauara Lana da Silva e Sousa, Coordenador(a)**, em 19/02/2024, às 13:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Cláudio Augusto Vieira da Silva, Secretário(a) Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente**, em 19/02/2024, às 16:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Symmy Larrat, Secretário(a) Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+**, em 20/02/2024, às 19:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Sérgio Nogueira Seabra, Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno**, em 23/02/2024, às 12:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Symone Maria Machado Bonfim, Diretor(a) de Proteção da Pessoa Idosa**, em 26/02/2024, às 18:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Marina Basso Lacerda, Chefe de Gabinete Ministerial**, em 07/03/2024, às 13:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Clara Martins Solon, Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Internacionais**, em 20/03/2024, às 15:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Maíra Taques dos Santos Christ, Chefe de Projeto II**, em 01/04/2024, às 14:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Anna Paula Feminella, Secretário(a) Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência**, em 10/04/2024, às 18:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Silvio Luiz de Almeida, Ministro de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania**, em 19/04/2024, às 17:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mdh.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **3916699** e o código CRC **3E88577E**.

---

Referência: Processo nº 00135.227360/2023-26

SEI nº 3916699

Criado por [kauara.sousa](#), versão 54 por [teresa.soares](#) em 05/02/2024 17:24:51.